

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A internacionalização em um programa '7': um retrato do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG

Jáima Pinheiro de Oliveira, Luiz Paulo Ribeiro

<https://doi.org/10.1590/1982-57652026v31id305899>

Submetido em: 2026-07-28

Postado em: 2026-07-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652026v31id305899>**A INTERNACIONALIZAÇÃO EM UM PROGRAMA "7": UM RETRATO DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFMG**Internationalization In a "7" Program: an overview of the postgraduate program in
education at UFMGInternacionalización en un Programa "7": un retrato del posgrado en educación de la
UFMG**Jáima Pinheiro de Oliveira¹**Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0156-3804>E-mail: jaima.ufmg@gmail.com**Luiz Paulo Ribeiro¹**Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4278-7871>E-mail: luizpr@ufmg.br

Resumo: Como a internacionalização se materializa em um programa nota 7 da CAPES na área da Educação? Para além das expectativas normativas associadas à excelência acadêmica e dos parâmetros avaliativos estabelecidos pela área, este artigo analisa de que modo a internacionalização é apropriada, institucionalizada e ressignificada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE): Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de um estudo documental, fundamentado na Análise Textual Discursiva, que examinou relatórios e documentos institucionais dos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024 submetidos à Plataforma Sucupira. A análise foi organizada em três categorias: a) contextualização e estrutura do PPGE; b) política institucional de internacionalização; c) ações e redes desenvolvidas no período. Os resultados indicam que, no caso analisado, a internacionalização configura-se como política transversal, ao articular pesquisa, formação, mobilidade e inserção social, apoiada por mecanismos institucionais de financiamento, comissões específicas e chamadas internas. Destacam-se a valorização de redes Sul-Sul, a ampliação da participação discente, a pluralidade de ações e a preocupação com a democratização das oportunidades, que tensionam a associação automática entre internacionalização e concentração de privilégios. O estudo contribui para o debate crítico sobre a internacionalização como critério avaliativo e como dispositivo de indução de práticas acadêmicas na pós-graduação brasileira.

Palavras-chave: internacionalização; educação; pós-graduação.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Abstract: How does internationalization materialize in a CAPES grade 7 program in the field of Education? Beyond the normative expectations associated with academic excellence and the evaluation parameters established by the area, this article analyzes how internationalization is appropriated, institutionalized, and resignified within the Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE): Conhecimento e Inclusão Social at Universidade Federal de Minas Gerais. This documentary study, grounded in Discursive Textual Analysis, examined institutional reports and documents from the 2017-2020 and 2021-2024 evaluation cycles submitted to the Sucupira Platform. The analysis was organized into three categories: a) contextualization and structure of the PPGE; b) institutional internationalization policy; c) actions and networks developed during the period. The findings indicate that, in the case analyzed, internationalization operates as a transversal institutional policy, articulating research, training, mobility, and social engagement, supported by internal funding mechanisms, dedicated committees, and institutional calls. The study highlights the strengthening of South-South networks, the expansion of student participation, the plurality of initiatives, and a commitment to democratizing opportunities, thereby challenging the automatic association between internationalization and the concentration of privilege. The article contributes to a critical debate on internationalization both as an evaluation criterion and as a regulatory device shaping academic practices in Brazilian graduate education.

Keywords: internationalization; education; postgraduate education.

Resumen: ¿Cómo se materializa la internacionalización en un programa nota 7 de CAPES en el área de Educación? Más allá de las expectativas normativas asociadas a la excelencia académica y de los parámetros de evaluación establecidos por el área, este artículo analiza cómo la internacionalización es apropiada, institucionalizada y resignificada en el Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE): Conhecimento e Inclusão Social de la Universidade Federal de Minas Gerais. Se trata de un estudio documental, fundamentado en el Análisis Textual Discursivo, que examinó informes y documentos institucionales de los cuadrienios 2017-2020 y 2021-2024 presentados en la Plataforma Sucupira. El análisis se organizó en tres categorías: a) contextualización y estructura del PPGE; b) política institucional de internacionalización; c) acciones y redes desarrolladas en el período. Los resultados indican que, en el caso analizado, la internacionalización se configura como una política institucional transversal que articula investigación, formación, movilidad e inserción social, apoyada por mecanismos internos de financiamiento, comisiones específicas y convocatorias institucionales. Se destaca el fortalecimiento de redes Sur-Sur, la ampliación de la participación estudiantil, la pluralidad de iniciativas y la preocupación por democratizar oportunidades, tensionando la asociación automática entre internacionalización y concentración de privilegios. El estudio contribuye al debate crítico sobre la internacionalización como criterio de evaluación y como dispositivo regulador de las prácticas académicas en el posgrado brasileño.

Palabras clave: internacionalización; educación; posgrado.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar de que modo a internacionalização, tal como operacionalizada nos instrumentos de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é apropriada e ressignificada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao investigar como essa dimensão atua simultaneamente como critério de excelência, estratégia institucional e mecanismo indutor de reorganização das práticas acadêmicas em um PPG nota 7, considerado um programa de excelência acadêmica (Proex) na área da Educação.

Conforme destacado no Plano Nacional de Pós-Graduação (Capes, 2010), o Sistema de Avaliação da Capes possui caráter indutor, orientado ao aprimoramento contínuo do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Estudos de Horta e Moraes (2005) e de Hostins (2006) evidenciam que, ao longo de mais de quatro décadas, esse modelo passou por sucessivas transformações e se consolidou como um instrumento estratégico de qualificação da produção científica. Além disso, como argumenta Dias Sobrinho (2003), a institucionalização de sistemas avaliativos contribuiu para a consolidação do próprio campo da Avaliação Educacional no Brasil.

Uma das mudanças mais significativas na avaliação da pós-graduação brasileira nos últimos anos foi a institucionalização da autoavaliação como componente formal do processo avaliativo da Capes. A partir da Portaria n.º 148, de 4 de julho de 2018, que instituiu um Grupo de Trabalho para propor diretrizes e sistemáticas de autoavaliação, a Capes (2019b) passou a exigir que os programas estruturassem processos permanentes de análise interna articulados à avaliação externa. A autoavaliação deixou de ser prática pontual ou meramente administrativa e passou a integrar os critérios da avaliação quadrienal, ao demandar a construção de políticas institucionais próprias, instrumentos sistemáticos de acompanhamento e a participação de diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Conforme discutem Leite *et al.* (2020), esse movimento redefiniu a lógica avaliativa da pós-graduação ao incorporar dimensões formativas e reflexivas ao processo, estimular a participação de atores internos e externos, inclusive avaliadores internacionais, e aproximar o sistema brasileiro de práticas contemporâneas de avaliação institucional.

Uma das dimensões mais relevantes e que, em alguma medida, tem se articulado à autoavaliação refere-se ao processo de internacionalização dos programas. Este será o foco dessa análise, cujo debate pode fomentar discussões e críticas mais complexas sobre os impactos, benefícios e desafios em relação às ações dos programas de pós-graduação da área da Educação. Assim, uma das justificativas dessa análise é a possibilidade de suscitar um debate acerca de possíveis caminhos que podem ser traçados ao longo desse processo, considerando a experiência de mais de 50 anos, assim como o desempenho de excelência, com a obtenção da nota máxima (7) em quatro avaliações consecutivas do PPGE (FaE/UFMG).

Essa análise também se justifica a partir de sugestões de estudos de avaliação de ações vinculadas à pós-graduação, mais especificamente sobre a internacionalização na pesquisa nacional (Costa; Costa; Yamamoto, 2021). Nesse estudo, os autores

identificaram as concepções e os direcionamentos conferidos à internacionalização da pós-graduação pela política científica brasileira, por meio de uma análise documental dos principais programas de apoio financeiro em vigência à época. Uma de suas conclusões foi a necessidade de estudos que se dediquem à análise das mais diversas atividades exercidas pelos PPG no âmbito da internacionalização, tais como a mobilidade internacional e a colaboração internacional em projetos de pesquisa. Os pesquisadores destacaram que essas análises poderiam oferecer dados adicionais sobre os efeitos das políticas nacionais em relação ao desenvolvimento dos programas. Ainda, nas palavras dos autores:

além disso, investigações que se proponham a identificar e caracterizar atividades de internacionalização que caminhem na contramão dos direcionamentos observados nesse estudo mostram-se relevantes, uma vez que podem auxiliar na construção de alternativas ao cenário apresentado (Costa; Costa; Yamamoto, 2021, p. 895).

Ao avançar num contexto de crescimento neoliberal, junto às reformas educacionais na década de 1990, a internacionalização passou a ser alvo da política científica brasileira como estratégia para integrar o país ao grupo de países de capitalismo avançado. Com esse objetivo, a internacionalização tornou-se um dos principais critérios de excelência na qualificação dos programas de pós-graduação do país.

Sabe-se que, antes da década de 1990, não havia registros sistemáticos sobre estudantes beneficiados com bolsas da Capes no exterior. Esses dados não eram sistematizados e, talvez, os poucos que existam nas primeiras décadas após a criação da Capes podem não ser tão confiáveis (Rosa, 2008). Mesmo assim, não podemos negar o papel decisivo que a Capes teve na formação de recursos humanos no país, com parcerias internacionais desde sua criação. Exatamente pelo investimento da Capes nessa formação no exterior foi possível expandir o nosso ensino superior, de maneira geral e com forte influência internacional.

Segundo Rosa (2008), o modelo de pós-graduação do país foi bastante influenciado por aqueles existentes nos Estados Unidos e o sistema brasileiro teve maior crescimento a partir da reforma universitária de 1980, em um contexto de avanço do neoliberalismo e das reformas educacionais. Por isso, os organismos internacionais surgiram com funções muito importantes nesse processo, o que sugere diretrizes voltadas à internacionalização nos diversos níveis do ensino e que influenciam vários países. Os principais organismos envolvidos nesse processo foram a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), especialmente a última em razão do discurso da Educação Inclusiva, que tem a internacionalização como forma de desenvolver aspectos locais e regionais dos países envolvidos, com elementos de solidariedade e equidade.

1.1 O que a Capes entende por internacionalização?

No que se refere à avaliação dos programas de pós-graduação, a Capes estrutura a análise da internacionalização a partir de três dimensões principais: pesquisa; produção intelectual; e mobilidade e atuação acadêmica. Essas dimensões, tal como explicitadas nas fichas e nos relatórios de avaliação, não se restringem à verificação pontual de iniciativas isoladas, mas demandam a apresentação de uma política de internacionalização institucionalmente estruturada, articulada ao projeto acadêmico do programa e compatível com sua área de concentração e as linhas de pesquisa.

Importa destacar que a internacionalização, no modelo avaliativo vigente, não é concebida de maneira dissociada da inserção do programa em seus contextos local, regional e nacional. Ao contrário, a própria ficha de avaliação (2017-2020 e 2021-2024) reúne, em um mesmo eixo, os itens relativos à inserção e à internacionalização, o que sugere que a projeção internacional deve coexistir com a relevância social e acadêmica no âmbito interno (item 3.3 da ficha). Desse modo, a análise do desenvolvimento das atividades internacionais considera tanto sua consistência e sistematicidade, quanto sua articulação com as demandas e os compromissos do programa no cenário nacional.

No âmbito da pesquisa, a Capes considera, como indicadores de internacionalização, o desenvolvimento de projetos financiados por agências estrangeiras, a realização de investigações conduzidas em parceria com equipes internacionais e a participação de docentes em projetos executados no exterior. Esses elementos evidenciam que a internacionalização é aferida não apenas pela circulação de pesquisadores, mas, sobretudo, pela inserção do programa em redes transnacionais de produção do conhecimento, com capacidade de captação de recursos e de cooperação científica estruturada e sustentável.

No que se refere à produção intelectual, a avaliação contempla, entre outros aspectos, a publicação de docentes, discentes e egressos em veículos de circulação internacional; a produção em coautoria com pesquisadores vinculados a instituições estrangeiras; e a geração de produtos resultantes de projetos desenvolvidos em parceria internacional e que envolva docentes permanentes e discentes do programa. Observa-se, nesse caso, uma ênfase na visibilidade internacional da produção e na consolidação de vínculos colaborativos que ultrapassem a dimensão episódica e se traduzam em resultados acadêmicos concretos.

Por fim, a dimensão mobilidade e atuação acadêmica abrange um conjunto amplo de iniciativas que envolvem tanto fluxos de saída quanto de entrada. Entre elas, destacam-se: a participação de discentes em modalidades de mestrado ou doutorado sanduíche e em missões de curta duração; o recebimento de estudantes estrangeiros em regime sanduíche ou pleno; o acolhimento de pesquisadores estrangeiros em estágios pós-doutorais ou como professores e pesquisadores visitantes; a realização, por docentes permanentes, de estágios pós-doutorais ou sêniores no exterior; bem como o desenvolvimento de atividades acadêmicas internacionais ao longo do quadriênio, tais como docência, participação em bancas, seminários, comissões e

processos seletivos. Também são considerados indicadores relevantes a participação de docentes, discentes e egressos na organização de eventos científicos internacionais, na editoria de periódicos estrangeiros e na coordenação de associações ou redes internacionais de pesquisadores.

Esse conjunto de subitens revela que, no desenho avaliativo da Capes, a internacionalização assume caráter multidimensional e cumulativo, ao articular financiamento, cooperação científica, produção bibliográfica, circulação de sujeitos e inserção em espaços institucionais internacionais. Ao explicitar tais critérios, delineia-se não apenas um parâmetro de qualidade, mas também um mecanismo de indução de determinadas práticas acadêmicas, aspecto que será problematizado ao longo deste artigo, por meio das ações desenvolvidas no PPGE (FaE/UFGM).

Cabe ressaltar que, para as avaliações de 2017-2020 e 2021-2024, havia a orientação da área da Educação de que cada programa conceituasse e planejasse a internacionalização tendo em vista a missão e os próprios objetivos de cada um dos programas. Ainda complementa: “o relato sobre esta dimensão no seu relatório anual não deve ser uma listagem de feitos individuais, mas deve ter cunho institucional, indicando sua inserção no planejamento estratégico do programa e que seja elemento do seu processo de autoavaliação” (Capes, 2019a, p. 12).

Se, por um lado, os critérios estabelecidos pela Capes expressam um esforço de sistematização da internacionalização como dimensão estruturante da qualidade da pós-graduação, por outro, evidenciam o papel performativo da avaliação como mecanismo de regulação. Como destacam Verhine e Dantas (2009), os sistemas avaliativos não operam apenas como dispositivos de aferição de resultados, mas como instrumentos que induzem comportamentos, redefinem prioridades institucionais e produzem efeitos estruturantes sobre o campo educacional. Avaliar, nesse sentido, é também governar.

Claro que há muitas críticas em relação às avaliações da Capes, especialmente anteriores a 2018, em razão da não existência da autoavaliação (Leite *et al.*, 2020). Sob essa perspectiva, a internacionalização, ao ser traduzida em indicadores específicos (financiamento internacional, coautorias estrangeiras, mobilidade acadêmica e inserção em redes transnacionais) deixa de ser apenas uma diretriz política ampla e passa a se constituir como parâmetro normativo de desempenho. O que se observa é a consolidação de uma racionalidade avaliativa que associa qualidade à capacidade de inserção internacional mensurável, ao conferir centralidade a determinados modos de produção e circulação do conhecimento. Por isso, consideramos relevante descrever aspectos da experiência do PPGE (FaE/UFGM).

Assim, o problema que orienta este estudo consiste em analisar de que modo a internacionalização, tal como operacionalizada nos instrumentos de avaliação da Capes, funciona simultaneamente como critério de qualidade e como dispositivo de indução e regulação da pós-graduação brasileira. Interessa-nos compreender em que medida esse enquadramento avaliativo reconfigura práticas acadêmicas, reorganiza agendas de pesquisa e tensiona a relação entre inserção local, relevância social e

projeção internacional, ao contribuir para a redefinição das hierarquias e dinâmicas internas do campo científico no país.

A análise aqui apresentada faz parte de um percurso de autoavaliação do PPGE (FaE/UFGM), levando em consideração que a reflexão sobre os resultados obtidos nas últimas avaliações do PPGE (FaE/UFGM) é um elemento central na condução desse processo (Leite *et al.*, 2020). Assim, nossa análise tem como objetivo central sistematizar as principais ações de internacionalização do PPGE (FaE/UFGM) para buscar implicações para o debate sobre essa dimensão da avaliação, no âmbito de programas de excelência. Essa análise busca, também, contribuir para a qualificação crítica do próprio processo avaliativo, ao compreender a internacionalização não como dimensão isolada, mas como parte de um projeto acadêmico situado e socialmente comprometido.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo documental, concebido também como estudo de caso (Yin, 2015), por se tratar de uma análise específica de um programa de pós-graduação. Os estudos documentais referem-se a pesquisas sistemáticas e exaustivas de documentos escritos, registros, fontes históricas e materiais de arquivo relevantes para uma investigação ou um tópico específico. Esses estudos são realizados para coletar, analisar e interpretar informações contidas em documentos para responder a questões de pesquisa, compreender eventos passados ou fundamentar investigações acadêmicas (Gil, 2010).

Em relação ao uso de estudos e de análises documentais, consideramos a observação de Ludke e André (1986, p. 38) quando comentam que essa técnica se configura valiosamente, “[...] seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Por isso, a utilização dos documentos sempre tem por objetivo ampliar as possibilidades de compreensão dos fenômenos estudados, aqui, no caso, o processo de internacionalização do PPGE (FaE/UFGM).

Para isso, serão compreendidos, como documentos institucionais, aqueles produzidos no âmbito do próprio PPGE (FaE/UFGM), ao longo dos dois últimos quadriênios (2017-2020 e 2021-2024) e inseridos na Plataforma Sucupira, para fins de avaliação. De maneira específica, foram considerados os documentos produzidos em relação às ações de internacionalização do programa. Por fim, foram considerados arquivos internos da coordenação do programa (autores deste artigo) que exerceram seu mandato de 2023 a 2025.

O presente estudo adotou, ainda, a Análise Textual Discursiva (ATD) como ferramenta interpretativa aplicada a esses documentos institucionais e normativos referentes às ações de internacionalização do PPGE (FaE/UFGM). A escolha por essa análise justifica-se pela necessidade de compreender as ações em seu âmbito mais detalhado, ao reconhecer que a política de internacionalização do PPGE (FaE/UFGM) foi construída por meio dessas ações, ao longo de vários quadriênios, considerando,

também, discursos, tensões, contradições e disputas simbólicas. Conforme Moraes e Galiuzzi (2016), a ATD busca produzir uma compreensão aprofundada dos significados em contextos educacionais, ao valorizar tanto a fragmentação analítica quanto a reconstrução interpretativa. Em relação às tensões e disputas simbólicas, o elemento central, sem dúvida, é o financiamento, já que não é possível atender toda a demanda de um programa da dimensão do PPGE (FaE/UFMG), com 12 linhas de pesquisa, mais de 100 docentes, mais de 100 discentes ingressantes anualmente e um fluxo anual de mais de 300 estudantes entre mestrandos e doutorandos.

Por isso, consideramos que a ATD pode revelar, também, as tensões e contradições presentes na implementação dessas ações, ao destacar as dificuldades enfrentadas pelo programa em conciliar metas de internacionalização com restrições institucionais e culturais.

A ATD permite acessar, de forma sensível e articulada, os significados construídos nos textos, com foco na construção argumentativa e na emergência de categorias que surgem no próprio processo de análise (Moraes; Galiuzzi, 2006; 2016). Portanto, essa escolha metodológica alinha-se ao compromisso da pesquisa com uma abordagem construtivo-interpretativa da realidade.

Moraes e Galiuzzi (2016) destacam três etapas dessa análise, quais sejam: unitarização, categorização e captação de novos emergentes. A primeira etapa corresponde à desconstrução do texto, que é fragmentado e organizado em unidades de análise. No nosso caso, por se tratar de um item específico da avaliação cuja ficha já indica seus subitens, as unidades estariam pré-definidas, ou seja, não se tratam de recortes, porque são elementos destacados da própria avaliação, conectados ao todo (processo de internacionalização).

Na etapa de categorização, estabelece-se a organização de categorias a partir das unidades de análise determinadas, que são comparadas e reunidas em grupos semelhantes. As categorias ainda podem ser estabelecidas antes, conforme mencionado. Além de reunir elementos semelhantes, implica em nomear e definir as categorias. É a partir dessas categorias “que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise” (Moraes, 2003, p. 197).

Considerando essas etapas, definimos, como unidades de análise, as próprias dimensões presentes na Ficha de Avaliação da Capes (2025): pesquisa, produção intelectual, e mobilidade e atuação acadêmica. Como captação de novos emergentes, consideramos: mapeamento de parcerias, financiamento e outras ações específicas do PPGE (FaE/UFMG). Esses dados foram organizados numa ordem que permitiu apreender, como categorias: a) contextualizando o PPGE (FaE/UFMG); b) a política de internacionalização do PPGE (FaE/UFMG); c) as principais ações de internacionalização desenvolvidas no âmbito do PPGE (FaE/UFMG).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Contextualização do PPGE (FaE/UFMG)

O PPGE (FaE/UFMG), criado em 1971, oferece, atualmente, os cursos de mestrado acadêmico, doutorado e doutorado latino-americano (DLA). Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão são orientadas pelo compromisso com o direito à educação e com a produção de conhecimentos capazes de contribuir para a redução das desigualdades sociais e educacionais no Brasil e no mundo. Conforme descrições que constam no site e em documentos oficiais, o objetivo central do programa é fortalecer a democratização da educação por meio da formação de pesquisadores e profissionais comprometidos com a inclusão social, a inovação teórica e a transformação das práticas educativas, por meio da articulação entre ações afirmativas, produção científica e impacto social em níveis nacional e internacional.

Organiza-se em torno de uma única área de concentração, Educação, de caráter transversal, que articula 12 linhas de pesquisa e estrutura a inserção acadêmica de docentes e discentes. A formação está ancorada em dois campos estruturantes: a) organização do trabalho pedagógico e desenvolvimento de práticas educativas em sua constituição social, histórica e política; b) processos de produção e socialização do conhecimento educacional, considerando suas relações com os contextos sociais, culturais, políticos e cognitivos. Essa organização curricular está alinhada aos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o que evidencia sua inserção estratégica no planejamento institucional.

As 12 linhas de pesquisa expressam a diversidade temática, teórica e metodológica do programa e abrangem campos como políticas públicas, sociologia da educação, psicologia e educação, história da educação, educação matemática, infância, docência e movimentos sociais. Estruturadas segundo critérios de coerência temática, maturidade docente, produção científica qualificada e inserção nacional e internacional, as linhas são corresponsáveis pela condução acadêmica do programa, o que inclui processos seletivos, editoração da *Educação em Revista* e gestão de recursos Proex/Capes. Nos quadriênios recentes, o processo de autoavaliação confirmou a pertinência da manutenção das 12 linhas, associada à incorporação contínua de novos pesquisadores.

A governança do PPGE (FaE/UFMG) é realizada por um colegiado composto pela coordenação geral, por coordenadores das linhas, representantes de comissões estratégicas e representantes discentes, o que assegura participação ampliada e corresponsabilidade decisória. Destacam-se, nesse arranjo institucional, a Comissão de Acompanhamento e Autoavaliação do Programa (CAAP), responsável por processos de credenciamento e qualificação docente; a Comissão de Acompanhamento Discente (CAD), que atua no acompanhamento acadêmico e no acolhimento de situações relacionadas à permanência e à saúde mental de estudantes; a Comissão de Ações Afirmativas, voltada à implementação e ao monitoramento da política de reserva de vagas; e a Comissão de Gestão de Recursos, vinculada à Proex. Essas instâncias

configuram dispositivos permanentes de planejamento estratégico e de monitoramento da qualidade acadêmica.

A estrutura curricular, reformulada em 2020, estabelece 24 créditos para o mestrado e o doutorado, com equilíbrio entre disciplinas obrigatórias e optativas e forte ênfase na formação metodológica, na prática docente e na produção científica. Destacam-se os Seminários de Pesquisa e os Seminários de Educação (“Quarta na Pós”), espaços de integração acadêmica e de circulação de pesquisadores nacionais e internacionais, além da exigência de produção acadêmica em coautoria como requisito formativo. A oferta de disciplinas em diferentes idiomas e a presença recorrente de docentes estrangeiros indicam a articulação entre formação acadêmica e internacionalização, que integram a política institucional do programa à sua missão formativa e científica.

Nos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024, o PPGE (FaE/UFMG) contou com a colaboração e o trabalho direto de sete secretários (técnicos e analistas em Assuntos Educacionais), responsáveis por fazer a gerência financeira, acadêmica e processual do programa. Soma-se, ainda, a informação de que, nos dois quadriênios relatados, o PPGE (FaE/UFMG) contou, respectivamente, com 20 e 22 bolsistas de produtividade em pesquisa pelo CNPq, além de abrigar os dois únicos Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (INCTs) da área de Educação no período.

3.2 A política de internacionalização do PPGE (FaE/UFMG)

A internacionalização no PPGE (FaE/UFMG) estrutura-se como política institucional deliberada e transversal, ao articular pesquisa, formação e inserção social. Não se trata apenas de mobilidade acadêmica, mas de uma estratégia de produção e circulação de conhecimentos, vinculada à participação em redes internacionais de pesquisa, à publicação em periódicos estrangeiros e à cooperação acadêmica com instituições de diferentes países.

Como princípios, no PPGE (FaE/UFMG), há o entendimento de que a internacionalização constitui-se: a) como uma estratégia de acesso, produção e popularização dos conhecimentos, no que diz respeito à participação em pesquisas internacionais e à publicação em periódicos internacionais qualificados; b) como uma estratégia transversal no currículo e na formação, por estar em distintos espaços formativos, ir além de um trânsito internacional de pessoas e permitir que docentes e discentes se envolvam na formação e na expansão de possibilidades de políticas públicas, formação de professores e intervenção educacional; c) vinculado a ações de desenvolvimento e sustentabilidade, principalmente no que diz respeito à educação inclusiva e de qualidade (ODS 4), ao trabalho decente (ODS 8) e à redução das desigualdades (ODS 10); d) como uma estratégia de conexão entre as demandas e propostas locais e regionais do cenário educativo com as propostas e demandas internacionais, globais, ao possibilitar o desenvolvimento cooperativo, a troca de experiências e a promoção de uma educação pública e de qualidade em diferentes territórios; e) por valorizar e potencializar a internacionalização com países do Sul-Global, da América Latina e parcerias Sul-Sul.

Diante dessa proposta política, nos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024, as práticas de internacionalização do PPGE (FaE/UFMG) foram organizadas a partir de: a) disciplinas oferecidas em outras línguas e/ou por professores do exterior; b) publicações em outros idiomas e/ou com participação de professores do exterior; c) presença de professores estrangeiros em atividades do programa, como bancas, disciplinas e seminários ("Quarta na Pós"); d) projetos de pesquisa em cooperação com instituições estrangeiras; e) estágios de formação do corpo docente no exterior (pós-doutorado e estágios de curta duração); f) estágios de formação e pesquisa de discentes no exterior (doutorado sanduíche e atividades de coletas de dados no exterior); g) participação de eventos no exterior etc. Essas e outras ações foram previstas, executadas, financiadas e avaliadas pelo programa. Percebe-se que, nos relatórios 2017-2020 e 2021-2024, essas atividades estão descritas em todos os itens de avaliação da Plataforma Sucupira.

Ressalta-se que um item importante para a realização das ações é o financiamento. A saber, o programa, desde 2019, reestruturou e aprovou, pelo colegiado, uma Comissão de Internacionalização, responsável pela elaboração de Chamadas Internas de Internacionalização e pelo julgamento das propostas enviadas. As chamadas do PPGE (FaE/UFMG) foram estabelecidas a partir do princípio de inclusão linguística e regional. Visam fomentar o desenvolvimento e o fortalecimento de atividades de ensino, pesquisa e publicação que envolvam a participação de docentes e discentes do programa e de instituições estrangeiras. Cabe ressaltar que, para alcançar essas ações, o programa contou com financiamento: a) Capes-print; b) Verba Capes para programas de excelência (Proex); c) Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE); d) Programa Escala Docente da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM); e) financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG); f) bolsas de produtividade em pesquisa; g) fomento a projetos de demanda universal do CNPq, além de outros financiamentos em projetos e programas de investimento individual docente e institucional da UFMG e de recursos do exterior.

No que diz respeito a projetos de ações internas ou bolsas institucionais, há a descrição de seleções internas, com acompanhamento do Conselho Gestor e Colegiado, que garantem a transparência dos procedimentos. Cita-se, como importante fonte de gestão interna dos fomentos, os editais anuais de ações de internacionalização (com foco em ações de atividades no exterior e/ou vinda de pesquisadores do exterior) e de financiamento de publicações (artigos A1 e A2 em revistas internacionais) com a verba Proex/Capes. Esses editais têm, como prioridade, fomentar a tradução, a revisão e/ou o pagamento de taxas de artigos em periódicos internacionais (exemplo disso é que, entre 2021 e 2024, foram destinados, aproximadamente, 110 mil reais para essas chamadas).

A saber, somente em 2023 e 2024, foram lançadas duas chamadas internas específicas para o fortalecimento da internacionalização, com destinação de 50 mil reais (2023) e 75 mil reais (2024). Essas chamadas se pautaram em: a) proporcionar o fortalecimento de parcerias internacionais no âmbito do PPGE (FaE/UFMG); b)

fortalecer possibilidades de cooperação e de intercâmbio entre docentes e/ou grupos de pesquisa; c) ampliar o nível de colaboração e de publicações conjuntas entre docentes do PPGE (FaE/UFGM) e parceiros no exterior; d) incentivar a criação de parcerias e o início ou a consolidação de uma rede de pesquisa existente; e) apoiar o desenvolvimento de pesquisas realizadas pelos discentes; f) participação em eventos no exterior. Em 2023, foram financiadas 19 ações e, em 2024, 20 ações, entre atividades de docentes, discentes e pesquisadores estrangeiros.

3.3. As principais ações de internacionalização desenvolvidas no âmbito do PPGE (FaE/UFGM)

Em relação à produção intelectual internacionalizada, nos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024, há registros de produtos do PPGE (FaE/UFGM) resultantes do desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria com instituições estrangeiras. Essa produção envolve docentes, discentes e egressos em periódicos de circulação internacional, em coautoria com parceiros internacionais de pesquisa. Em um trabalho de acompanhamento e avaliação da internacionalização no programa, realizado ao final de 2024, identificou-se que, pelo menos, 60% dos docentes permanentes do programa possuíam publicações em outras línguas (livros, capítulos de livro e artigos) e com parceiros internacionais de pesquisa.

Há que se chamar a atenção para alguns aspectos dessas produções internacionais: a) grande parte está escrita em outro idioma; b) há a participação de estudantes e egressos em algumas publicações; c) são publicações em múltiplos territórios e com temáticas diversas, entretanto, todas relacionadas ao campo educacional.

Sobre a mobilidade e atuação acadêmica, o primeiro destaque é a participação de alunos de mestrado ou doutorado sanduíche em instituições do exterior. Foram nove discentes que alcançaram bolsas PDSE Capes no período 2021-2024. Cabe ressaltar que, no quadriênio 2017-2020, houve um impacto direto na concessão de bolsas devido à pandemia de covid-19. Cita-se, ainda, a realização de missões de curta duração realizadas por alguns alunos no exterior, para reconhecimento institucional e/ou coleta de dados para suas pesquisas. Ainda nesse âmbito da mobilidade acadêmica, houve o recebimento de discentes estrangeiros de mestrado, doutorado sanduíche ou missão de curta duração.

Em relação aos estudantes estrangeiros, além do ingresso por edital anual regular, há duas ações para esse ingresso que merecem destaque: o DLA e o Programa de Estudantes – Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

O DLA foi criado em 2009, com a assinatura do Acordo de Cooperação Internacional entre Escritório Regional de Educação da UNESCO para a América Latina e o Caribe (OREALC), Instituto Internacional de Educação Superior da UNESCO para América Latina e Caribe (IESALC), RED KIPUS e 11 universidades latino-americanas, das quais cinco foram consideradas universidades polos, ou seja, possuíam tradição em ofertar cursos de pós-graduação (nível de doutorado) e condições de implantação em curto prazo, a saber: UFGM, Universidad Pedagógica Nacional ([UPN] México), UPN

(Colômbia), Universidad Pedagógica Experimental Libertador ([UPEL] Venezuela) e Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán ([UFNMF] Honduras). No DLA/UFMG, já foram titulados mais de 25 doutores oriundos de diferentes países da América Latina, em pesquisas comparativas.

Entre os anos de 2021-2024, como é tradição no programa, foram recebidos pesquisadores de diversas instituições estrangeiras que desenvolveram variadas atividades. Em 2021, o PPGE (FaE/UFMG) recebeu 21 professores de instituições estrangeiras; em 2022, foram 24; em 2023, 10; e, em, 2024, 19.

Destaca-se que, como forma de consolidar a internacionalização no PPGE (FaE/UFMG), as disciplinas ofertadas têm, cada vez mais, incorporado a participação de docentes e discentes de universidades estrangeiras, de forma presencial ou híbrida (encontros síncronos). Outra prática de mobilidade e internacionalização é a realização de estágios pós-doutorais, ou estágios sêniores de pesquisa, por parte dos professores permanentes do PPGE (FaE/UFMG) em instituições estrangeiras. Entre 2021 e 2024, foram registrados mais de 10 professores que desenvolveram esse tipo de mobilidade.

Também é importante mencionar a ida de professores do PPGE (FaE/UFMG) para atuarem temporariamente em instituições estrangeiras como professores visitantes, como Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Université de Paris X (França), Duisburg-Essen Universität (Alemanha), Universidade de Notre Dame (Estados Unidos), Universidad de Antioquia (Colômbia), Monash University (Austrália), Universidad de Santiago de Chile (Chile), Università di Verona (Itália), Universidade Nova de Lisboa (Portugal), Bristol University (Reino Unido), Universidade de La Plata (Argentina), Universidad de la Republica (Uruguay) e UPN (Colômbia).

Para ilustrar essas parcerias, a Figura 1 contém um mapeamento dos principais países com os quais o PPGE (FaE/UFMG) estabeleceu e mantém ações de internacionalização direta, ou seja, com fluxo constante de parcerias de pesquisa. Ressalta-se que, nessa figura, não foram identificados os países em que existem convênios, mas sem uma relação contínua de pesquisa.

A world map illustrating the distribution of the genus *Equisetum*. The map is color-coded: dark blue highlights Europe, North America, and Australia; light blue highlights South America and parts of Asia; and grey represents the rest of the world, including Africa, Asia, and Antarctica.

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, Sorocaba, v. 31, e026016, 2026 | 14

Ações Afirmativas, que cuida, por exemplo, da garantia da reserva de vagas para pessoas negras. Outra ação da comissão que, até 2024, foi responsável pela realização das bancas de heteroidentificação, foi a reelaboração do barema de avaliação do currículo dos candidatos.

Além disso, o PPGE (FaE/UFMG) publica, a cada edital regular de seleção de estudantes, um edital suplementar com vagas para indígenas e pessoas com deficiência. Essa política, também acompanhada pela Comissão de Ações Afirmativas, exige repensar aspectos como a documentação exigida na seleção, de forma atenta ao público esperado e respeitosa com suas formas de produção do conhecimento. O edital suplementar inclui, na documentação do candidato, um memorial para demonstrar, no caso dos indígenas, sua inserção em uma comunidade ou povo indígena, com descrição de sua trajetória de estudo e trabalho no campo da Educação. Tanto para indígenas quanto para pessoas com deficiência são solicitadas documentações específicas que visam garantir a lisura do processo na verificação dos candidatos como público da política. Após o ingresso, os estudantes têm sua permanência acompanhada pelos orientadores, pela Comissão de Ações Afirmativas, pela coordenação e pelo colegiado do programa, e por órgãos específicos na UFMG, como o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) ou o Coletivo dos Estudantes Indígenas da UFMG (COLEI).

O PPGE (FaE/UFMG) teve ações muito diversificadas com foco maior em seus próprios estudantes e em estrangeiros. Ainda que não tenha sido possível atender a totalidade das demandas de bolsas, foi possível observar, em alguns dados descritos, que, praticamente, 80% foram acolhidas, ainda que em tempos distintos (lista de espera).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: FALAR DA EXPERIÊNCIA DESDE UM PONTO DE PRIVILÉGIOS

Este estudo teve como objetivo analisar de que modo a internacionalização, tal como operacionalizada nos instrumentos de avaliação da Capes, é apropriada e ressignificada pelo PPGE (FaE/UFMG), ao investigar como essa dimensão atua simultaneamente como critério de excelência, estratégia institucional e mecanismo indutor de reorganização das práticas acadêmicas em um programa nota 7, considerado um programa de excelência acadêmica (Proex) na área da Educação.

Os dados analisados indicam que, no caso do PPGE (FaE/UFMG), a internacionalização deixou de ser uma prática episódica ou concentrada em iniciativas individuais para se constituir como política institucional estruturada. Esse movimento é relevante porque responde, ainda que parcialmente, às preocupações apresentadas por Costa, Costa e Yamamoto (2021), segundo as quais a internacionalização, quando mediada por mecanismos avaliativos e por políticas de fomento seletivas, pode operar como um dispositivo de exclusão e reforço de assimetrias entre programas. Ao sistematizar chamadas internas, comissões específicas, critérios de transparência e distribuição ampliada de recursos, o PPGE (FaE/UFMG) busca romper com a lógica de

centralização da internacionalização em poucos docentes e reduzir a dependência exclusiva de editais nacionais que são muito competitivos.

Falar dessa experiência implica reconhecer o lugar de onde se fala. Trata-se de um programa consolidado, com mais de 50 anos de trajetória, inserido em uma universidade pública de grande porte e reconhecido como Proex. Essa condição institucional favorece o acesso a recursos, redes e visibilidade acadêmica, o que não se distribui de forma equânime no sistema nacional. Como alertam Costa, Costa e Yamamoto (2021), as políticas científicas brasileiras tendem a reforçar hierarquias e estruturas já existentes, especialmente quando associam internacionalização a desempenho mensurável e captação de financiamento. Nesse cenário, a experiência aqui relatada não pode ser generalizada de forma acrítica para programas em contextos distintos, sobretudo aqueles situados em regiões com menor infraestrutura ou menor inserção histórica em redes internacionais.

Por outro lado, os resultados permitem tensionar a ideia de que a internacionalização, necessariamente, reproduz privilégios individuais ou institucionais. Ao estruturar mecanismos internos de financiamento, apoiar traduções e taxas de publicação, incentivar coautorias com participação discente e estimular parcerias Sul-Sul e latino-americanas, o PPGE (FaE/UFMG) tem buscado ampliar o acesso às oportunidades internacionais, ao distribuí-las de forma mais coletiva. Essa estratégia contribui para deslocar a internacionalização de uma lógica personalista para uma lógica programática, alinhada à autoavaliação e ao planejamento estratégico institucional, conforme discutido por Leite *et al.* (2020).

Ainda assim, o financiamento permanece como um dos principais gargalos. Mesmo em um programa consolidado, não é possível atender integralmente às demandas de mobilidade, publicação e cooperação internacional. Essa limitação evidencia que a internacionalização, embora constitua critério de excelência, está profundamente condicionada por estruturas desiguais de acesso a recursos, especialmente na área de Ciências Humanas, historicamente menos contemplada por editais voltados à inovação tecnológica e áreas estratégicas. Avaliar, como sugerem Verhine e Dantas (2009), é, também, induzir práticas e redefinir prioridades. Nesse sentido, a centralidade da internacionalização nos instrumentos avaliativos produz efeitos organizacionais concretos, inclusive na definição de critérios de credenciamento, credenciamento e permanência docente.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre internacionalização e equidade. Se, historicamente, políticas de ações afirmativas incidiram com maior intensidade na graduação, observa-se que sua articulação com a pós-graduação, inclusive no âmbito internacional, abre possibilidades de ampliar o acesso de estudantes historicamente sub-representados às redes globais de produção do conhecimento. Ao integrar ações afirmativas, acompanhamento institucional e internacionalização, o programa tensiona a ideia de que excelência e inclusão são dimensões antagônicas, ao apontar para a possibilidade de uma internacionalização socialmente comprometida.

Por fim, a trajetória do PPGE (FaE/UFGM) revela o deslocamento de uma internacionalização predominantemente assimétrica, centrada na formação de quadros no exterior e na recepção episódica de pesquisadores visitantes, para uma dinâmica mais simétrica, baseada em pesquisas colaborativas, coautorias, cotutelas e redes institucionais duradouras. Esse movimento fortalece a produção intelectual do programa e amplia sua capacidade de nucleação acadêmica, ao contribuir para a formação de pesquisadores no Brasil e em outros países, especialmente na América Latina.

A experiência aqui apresentada sugere que a internacionalização pode, simultaneamente, reproduzir e tensionar desigualdades. Seu potencial emancipatório depende menos de sua mera mensuração avaliativa e mais da forma como ela é apropriada, institucionalizada e distribuída internamente. Ao assumir a internacionalização como parte de um projeto acadêmico situado, comprometido com a formação, a inclusão e a produção crítica de conhecimento, o PPGE (FaE/UFGM) busca demonstrar que excelência e responsabilidade social não são dimensões excludentes, mas complementares na construção de uma pós-graduação pública e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área:** Educação (Área 38). Brasília, DF: Capes, 2019a. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/educacao-memoria-da-area>.

Acesso em: 12 fev. 2026.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020.** Brasília, DF: Capes, 2010.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação.** Brasília, DF: Capes, 2025.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação.** Brasília, DF: Capes, 2019b.

COSTA, Joyce Pereira; COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A internacionalização na política científica brasileira e seus impactos para os programas de pós-graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 26, n. 3, p. 881-899, set. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/yPFcqtwgBCrRjg4mgq4ZvzQ/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 12 fev. 2026.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes. O sistema Capes de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de Ciências Humanas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 30, p. 95-116, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6JQj3YdD9YQj8g6M8QqQxwF/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732006000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 maio 2026.

LEITE, Denise; VERHINE, Robert; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; BERTOLIN, Julio Cesar Godoy. A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo Capes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 339-353, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/whfJzmNx7Vgpcr7c6Zj5kXz/?format=html>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 1986.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. DOI: doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2016.

ROSA, Leonardo Osvaldo Barchini. **Cooperação acadêmica internacional: um estudo da atuação da Capes**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6289>. Acesso em: 12 fev. 2026.

VERHINE, Robert; DANTAS, Lys Maria Vinhaes. Reflexões sobre o sistema de avaliação da Capes a partir do V Plano Nacional de Pós-graduação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 295-310, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/481>. Acesso em: 26 jan. 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

1) Jáima Pinheiro de Oliveira

2) Luiz Paulo Ribeiro

Contribuição	Autor 1	Autor 2
1. Conceituação	X	X
2. Curadoria de dados		X
3. Análise formal	X	X
4. Obtenção de financiamento	X	X
5. Investigação	X	X
6. Metodologia		
7. Administração do projeto		
8. Recursos		
9. Software		
10. Supervisão		
11. Validação		
12. Visualização		
13. Redação (rascunho/original)	X	X
14. Escrita (revisão e edição)	X	X

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o artigo "A internacionalização em um programa '7': um retrato do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG".

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

Revisado por: Elodia Honse Lebourg
E-mail: ehlebourg@yahoo.com.br

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.